

"Nossa conquista para 2024 vai ser do tamanho de nossa mobilização"

Viramos o mês de outubro onde realizamos um dia nacional de luta pela defesa de avanços e atendimento de nossas reivindicações para 2024.

Estamos realizando duas campanhas salariais em 2023. A primeira foi a campanha emergencial para recomposição de 9% e benefício do auxílio-alimentação e estamos lutando por orçamento justo para 2024 com recomposição salarial, equiparação dos benefícios, concursos, reestruturações das carreiras. A mesa nacional de negociação está atuando, mas falta apresentar uma resposta a altura de nossos pleitos.

Mesas específicas estão sendo instaladas e o primeiro fruto desse debate aconteceu essa semana com a assinatura do termo de acordo para criar a Carreira Indige-

nista e o Plano Especial de Cargos da Funai.

Nossa luta por atendimento de demandas específicas continua. Várias mesas setoriais de nossa base já foram instaladas: PGPE, que representa mais de 70 setores, quase 200 mil servidores. Saúde, Previdência e Trabalho, que também inclui cerca de 180 mil servidores, Área Ambiental, Setor Agrário, Incra. No próximo dia 6, segunda-feira, será instalada a mesa setorial da Ciência e Tecnologia. Só a Condsef/Fenadsef reivindicou a instalação de 35 mesas e estamos caminhando.

Nossa meta é atuar na defesa da transversalidade, encurtar diferenças nas tabelas remuneratórias, diminuir carreiras e adequar a remuneração do funcionalismo tão prejudicado nos últimos anos com

o desmonte e a desvalorização.

Mas para isso é fundamental intensificarmos mobilizações em todo o Brasil. Até o dia 7, debates serão realizados por local de trabalho e no dia 8 teremos o 2º Dia Nacional de Luta para que possamos dar ênfase e força a essa mobilização.

Recursos no orçamento só irão surgir a partir do momento que nossa mobilização for a altura de nosso pleito. O tamanho de nossa conquista para 2024 será do tamanho de nossa mobilização.

Participe dos atos, mobilizações. Isso servirá de fruto para que o governo apresente respostas a nossa pauta de reivindicações no dia 16, data confirmada para a próxima reunião da Mesa Nacional de Negociação Permanente (MNNP).

Fonte: Condsef

Reestruturação da Funasa também foi tema de visita à nova superintendente do órgão

A direção do Sindsep/MA fez uma visita de cortesia à nova Superintendente substituta da FUNASA no Maranhão, Maria Inocência Melo dos Santos. Na oportunidade além de parabenizá-la pela nomeação os diretores trataram das questões que ainda estão pendentes após a extinção e refundação do órgão.

“A prioridade agora é a reestruturação da FUNASA e para tanto, nós precisamos levantar todas as pendências junto à superintendência para então encaminhar à mesa nacional de negociação”, afirmou Raimundo Pereira, servidor da FUNASA e vice-presidente do Sindsep/MA.

A superintendente substituta falou da importância do sindicato para a não extinção da FUNASA e

se colocou à disposição para uma parceria entre o órgão e o Sindsep. “Estamos como superintendente substituta e nos colocamos à postos para trabalharmos juntos por uma FUNASA eficiente, resguardando os direitos dos servidores”, disse a superintendente substituta.

Uma informação importante para os servidores é que todos os trabalhadores que haviam sido transferidos com a extinção, agora, com a refundação e reestruturação poderão retornar para as suas funções.



Participaram da visita os diretores de Formação do Sindsep/MA, Manoel Cecílio e Maria da Penha Figueiredo, o secretário de Formação da Condsef e diretor jurídico do Sindsep/MA, José Figueiredo, a diretora de Administração e Finanças, Elizabeth Nascimento e o Vice-presidente Raimundo Pereira.

Ministério da Igualdade Racial destina R\$5 milhões para IFMA atender quilombolas

O Ministério da Igualdade Racial (MIR) destinou R\$5 milhões para o Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Maranhão (IFMA), via Termo de Execução Descentralizada (TED), numa parceria para atender às comunidades quilombolas de Alcântara-MA.

A ação foi construída em conjunto com a Associação do Território Étnico Quilombola de Alcântara (ATEQUILA), Movimento de Mulheres de Alcântara (MOMTRA), Movimento de atingidos pela Base (MABE) e o Sindicato dos trabalhadores e trabalhadoras rurais de Alcântara (STTR).

A ministra Anielle Franco destaca que a pauta quilombola é central na gestão do Ministério. “Destinar recursos para a elaboração do Plano de Gestão Territorial e Ambiental Quilombola é uma demonstração de como a pauta quilombola tem papel fundamental na nossa gestão e não vamos parar por aqui. Também estamos trabalhando na agenda nacional de titulações, dentro do Programa Aquilomba Brasil”, afirmou.

Na prática, as comunidades quilombolas serão beneficiadas com o fortalecimento de seus sistemas produtivos a partir de um método patenteado pela Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária (Embrapa), por meio da integração de várias atividades como criação de galinhas e peixes, compostagem e vermicompostagem e horticultura.



Cada módulo inicial será composto com uma pequena usina fotovoltaica que permitirá autonomia energética através de um conversor capaz de medir a energia limpa gerada, o que possibilitará que essas comunidades possam fazer um pedido de pagamento por serviços ambientais.

Segundo, a diretora de Políticas para Quilombolas e Ciganos do Ministério da Igualdade Racial, Paula Balduino, essa é uma parceria que foi constituída a partir de uma reivindicação das comunidades quilombolas por mais investimentos nas áreas de educação e segurança alimentar e nutricional, uma vez que algumas dessas comunidades foram deslocadas de seus territórios, ocasionando uma fragilização de seus sistemas produtivos. “Essa iniciativa é muito importante porque tem uma adesão à história e a luta das comunidades quilombolas, além da presença de muitos estudantes quilombolas no ensino médio e cursos superiores oferecidos pelo IFMA no campus Alcântara”, destaca.

O plano de trabalho deverá ser executado até outubro de 2024 e prevê a oferta de 23 bolsas para estudantes quilombolas que possam atuar no desenvolvimento do projeto junto às equipes de coordenação, e na produção dos Planos de Gestão Territorial e Ambiental Quilombola com as comunidades.

O Ministério da Igualdade Racial irá acompanhar a construção participativa do plano de desenvolvimento socioeconômico de Alcântara e estão previstos recursos na ordem de R\$ 10 milhões para 2024 e mais R\$15 milhões para 2025, decorrentes das pactuações entre o Governo Federal e as Comunidades.

Políticas para quilombolas — Para o Mês da Consciência Negra, o Ministério da Igualdade anunciou a entrega do Segundo Pacote da Igualdade Racial, que também trará execução de ações para comunidades quilombolas em todo o país. O evento acontecerá no dia 20 de novembro, em Brasília.

Fonte: IFMA